



DOI:10.12957/transversos.2019.41854

## VALORIZAR A TRADIÇÃO COMO UMA DAS VIAS PARA A MORALIZAÇÃO DA SOCIEDADE ANGOLANA: O CASO DA OMBALA EKOVONGO

António Guebe

Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

aguebe@gmail.com

**Resumo:** Com a colonização portuguesa e com o longo, mortífero e destruidor conflito armado interno pós-Independência, a sociedade angolana perdeu muitos de seus valores tradicionais que, antigamente, contribuíram e poderiam contribuir para a moralização da sociedade em referência. Na atualidade, as políticas sociais do Governo angolano incidem, fundamentalmente, sobre a recuperação de tais tradições e dos valores morais, envolvendo famílias, igrejas, autoridades tradicionais, enfim, toda a sociedade. O estudo sob o título: **“Valorizar a tradição como uma das vias para a moralização da sociedade angolana: o caso da Ombala Ekovongo”**, mostra que a Ombala Ekovongo é detentora

de normas seculares que, no passado, jogaram e podem continuar a jogar papel importante nesta ingente tarefa.

**Palavras-chave:** moralização, tradição, sociedade, Ombala Ekovongo.

**Abstract:** With the Portuguese colonization and the long destructive post-Independence internal armed conflict, Angolan society lost many of its traditional values that, in the past, contributed and could contribute to the moralization of the society. Nowadays, the social policies of the Angolan Government is focussed, manily, on the recovery of such traditions and moral values, involving families, churches, traditional authorities,

and the whole society. The study titled **"Valuing Tradition as One of the Pathways to Moralizing Angolan Society: The Case of Ombala Ekovongo,"** shows that Ombala Ekovongo holds secular standards that in the past have played and

may continue to play important role in this enormous task.

**Keywords:** moralization, tradition, society, Ombala Ekovongo.

## 1 – Introdução

A tradição é uma mensagem por intermédio da qual se pode fazer passar os conhecimentos acerca dos valores morais de geração em geração, com o recurso à oralidade. Em geral, a moralização da sociedade angolana e, em particular, a da comunidade *biena*, é uma necessidade que se impõe nos dias de hoje. Não se trata de um processo fácil e realizável a curto prazo. É um trabalho lento e progressivo que requer paciência e persistência, pois, o poder de destruição das raízes do mosaico angolano foi tão longo e profundo que a sua reposição não deve ser encarada de forma leviana. Daí que, quanto mais envolvimento houver de pessoas singulares e coletivas e de instituições, tanto melhor será o êxito do processo.

A Ombala Ekovongo, como qualquer outra instituição tradicional do género, é detentora de normas seculares de conduta que regulam as formas de ser, de estar, de agir, de pensar, enfim, da atitude, do comportamento dos indivíduos, no interesse das boas maneiras da comunidade de pertença. O conhecimento científico obtido sobre a referida Ombala deveu-se à pesquisa através da observação direta e da aplicação de inquérito por questionário, com a participação de 20 entidades da corte, residentes. O despertar à pesquisa deriva da primeira visita efetuada à referida Ombala, no dia 26 de Maio de 2018, no âmbito das comemorações do 25 de Maio, Dia de África. Onde pudemos encontrar um Ekovongo em estado de abandono, coberto de capim, mantendo limpo apenas as *akokoto*<sup>1</sup> (cemitério dos soberanos) e conservando o grande arvoredo que, na tradição, simboliza a paz e o sossego na comunidade. Conserva, ainda, alguns escombros da casa do Hongolo<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Cemitério, onde se encontram enterrado os crânios dos soberanos (Kaholo; Hulundu; Tchiyuka; Njilahulu; Lyambula; Mukinda; Nguvenge; Moma; TchiyukaII; Konjo Kalombinga; João Kambanguluka; Kahova e; Tchiyuka), servindo de local de veneração sempre que se entronize um novo soberano ou se visite o local, derramando algum vinho por cima das campas e pronunciando palavras de respeito pela tradição.

<sup>2</sup> É um insecto que devasta as produções de cereais nos campos do cultivo. Mantém-se retido na Ombala sob o controlo do soberano, de formas a não permitir que insectos desta espécie invadam os campos. Caso aconteça,

## 2 – O Contexto da Moralidade da Sociedade Angolana

O longo conflito armado interno, ocorrido entre o Governo do MPLA<sup>3</sup>, liderado por António Agostinho Neto e pelo movimento de oposição UNITA<sup>4</sup>, liderado por Joanas Malheiro Sidónio Savimbi, causou a morte e a imigração forçada de milhares das populações, a destruição de infra-estruturas econômicas e sociais e não só<sup>5</sup>. No que às infra-estruturas sociais diz respeito, o destaque recai sobre os lugares de socialização (*ocoto*<sup>6</sup>, *onjango*<sup>7</sup> e a escola).

A imigração forçada das pessoas, incluindo os anciões (atores da educação tradicional para os centros urbanos), não foi acompanhada dos espaços de socialização acima referidos. Logo, não foi possível cumprir com a nobre tarefa de moralização contínua das crianças e jovens, pelo contrário, e em alguns casos, foi-se assistindo à degradação da moral dos moralizadores. Eis o fato de não ser correto atribuir somente às novas gerações todos os males apresentados pela juventude, uma vez terem sido corroídas as bases de moralização, o que desencadeou um ambiente de vivência quotidiana, impróprio para atender às exigências da moralidade<sup>8</sup>, em alguns casos. No entanto, tal não significa que a socialização ocorra apenas no meio rural e no

---

então o poder o soberano é posto em causa e diz-se “*Ovava a soma kahasilivila*” ou seja, a água do soberano não presta e, logo, é destituído.

<sup>3</sup> Movimento Popular de Libertação de Angola

<sup>4</sup> União Nacional para Independência Total de Angola

<sup>5</sup> “[O conflito armado interno] não destruiu apenas pontes, escolas, hospitais, campos agrícolas, caminhos-de-ferro e infra-estruturas no domínio da indústria, energia e águas. Destruiu sobretudo vidas, levou à morte centenas de milhares de pessoas e ao adiamento do sonho das nossas crianças, jovens e mulheres e de todo o nosso povo” (JORNAL DE ANGOLA, 2016:4).

<sup>6</sup> Lugar sagrado, ao ar livre, localizado no centro da aldeia, composto de grandes troncos que servem de assento e outros que servem de linha para conservar o fogo, onde ao anoitecer os moradores da aldeia se juntam, prestam a refeição (jantar). *Ocoto*, segundo HAUENSTEIN (1967) é uma estrutura vocacionada para servir de lugar sagrado para a transmissão e aquisição de hábitos, usos e costumes e dos valores culturais, com vista à preservação da identidade cultural da comunidade.

<sup>7</sup> Recinto semi-fechado, coberto de capim, podendo localizar-se em cada uma das residências dos habitantes de uma determinada aldeia. Serve para partilhar a refeição (almoço) e repousa das cansaças do trabalho. O significado do *onjango* varia de região à região. Entre os Ovimbundu do Planalto Central, incluindo bienos, *onjango* significa reunião, ao passo que para os Ovimbundu do Centro-Sul, *onjango* é uma estrutura física com características acima descritas e a reunião é conhecida como *ohongele*.

<sup>8</sup> Moralidade provém da palavra moral que tem a ver com os valores que regem a ação humana enquanto inserida na convivência social, tendo assim um caráter normativo. A moral diz respeito a uma consciência coletiva e a valores que são construídos por convenções, as quais são formuladas por uma consciência social, o que equivale dizer que são regras sancionadas pela sociedade ou pelo grupo. As normas estabelecidas pela moral regulam o modo de agir das pessoas, por tratar-se de uma palavra relacionada com a moralidade e com os bons costumes.

---

*ocoto*, pois, se dá também e com intensidade no meio urbano, a partir das salas de jantar e de estar. Com isso, se pretende referir, apenas, o tipo de socialização.

Ao longo do tempo, durante o conflito nos centros urbanos, os anciões (atores da socialização tradicional) pereceram, e aqueles que saíram jovens das aldeias já socializados com o meio urbano são os que se afirmaram mais velhos, sem a devida preparação, muitos deles não passaram pela escola tradicional nem sequer se dispuseram a regressar para as aldeias, no intuito de acender a fogueira e continuar passando o testemunho das tradições, definidas por VANSINA (1980:157) e por HAMPATÉ BÂ (1980) como sendo “um testemunho ou mensagem transmitida verbalmente de uma geração para a outra” e o meio para a preservação da sabedoria dos antepassados transmitida oralmente. Considera a tradição oral como a grande escola da vida que rebusca e confronta todos os aspetos da vida espiritual e material. E, ao mesmo tempo, a religião, conhecimento, ciência natural, iniciação, arte, história, divertimento e recreação. Daí a razão de muitas práticas tradicionais terem caído em desuso.

A esse grande mal (conflito armado interno) se juntam os efeitos negativos da Globalização que, para GIDDENS (1996: 45), consiste na “intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as concorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa”. Os atores da educação, sobretudo os da tradicional, culpabilizam a Globalização pela presença de usos e costumes atentatórios contra os valores morais tradicionais. Citam, como exemplo, a exibição de novelas obscenas, as formas de trajar: no caso masculino, sendo comum os rapazes usarem as calças abaixo das nádegas, brincos nas orelhas, pintura das unhas; e, no caso feminino, sendo comum as raparigas usarem saias curtas, blusas com o umbigo à mostra, pouco dedicadas aos trabalhos de casa, dando primazia à música e à dança.

É no quadro acima descrito em que o Governo da República de Angola, na pessoa do então Presidente da República (José Eduardo dos Santos), dando sequência ao *slogan* “Às nossas tradições, havemos de voltar”<sup>9</sup>, vai divulgando um amplo apelo de resgate dos valores morais que integram, de entre outras, as formas de ser, de estar e de agir. Por exemplo, andar com calças abaixo das nádegas é um ato imoral, a falta de respeito aos mais velhos é um ato imoral,

---

<sup>9</sup> Proferido pelo primeiro Presidente da República Popular de Angola (António Agostinho Neto).

fumar a liamba, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a prostituição, são de entre outros atos imorais, assim sucessivamente, repudiados pela sociedade angolana.

### 3 – A Ombala Ekovongo

#### 3.1 – História da fundação, tentativa de ocupação colonial portuguesa e a resistência autótone

A fundação do reino Ekovongo resulta de três versões: a primeira versão, obtida através do “Diário” de António Francisco da Silva Porto, um homem, cuja vida está entranhada na história da Província do Bié, ligada, fundamentalmente, à fundação da cidade do Kwitu a qual foi alcunhada com o seu nome (Silva Porto). Silva Porto refere que o reino do Viye<sup>10</sup>, estando a referir-se a Ombala Ekovongo, foi fundado por volta do século XVII, por um magnata proveniente das terras do Humbi, com o seu gado para permuta com os escravos, vindo a fixar-se, tomando como sua esposa Kahanda, oriunda da terra do Songo. Ambos passaram a habitar a localidade de Jundo, pertença dos grupos étnicos Imbangala e Nyemba, a partir do nordeste para sul; e Kimbumba, além Kukema, do sudoeste para o noroeste, localidade esta que passou a ser classificada como a primeira capital.

Viye (Bié) e Kahanda aumentaram os seus povos, constituídos por gente boa e simples. Mais tarde, estabeleceram-se de comum acordo na localidade de Kanhoco que passou a ser considerada a segunda capital. Sendo caçadores assíduos, certo dia, seguindo as pegadas dos animais selvagens, atingiram um grande planalto próximo de uma floresta de arvoredos antigos e regado por riacho de águas limpas que denominaram de Kobongo ou Kovongo, na pronúncia banta. Ekovongo é a designação com que se passou a chamar a nova capital, até aos dias de hoje (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1942:165).

A segunda versão, obtida através da tradição oral, explica que o indivíduo de nome Ngongombanda de proveniência não especificada, caçador, em perseguição do elefante, se deparou com um arvoredos da localidade que hoje se chama Ekovongo. Bastante optimista

---

<sup>10</sup> Segundo a tradição oral, o nome Viye resulta do fato do magnata denominada Ngongombanda, fundador que trazia o seu gado da sua região de origem, certo dia, deu conta da ausência do seu gado numa altura em que pretendia efetuar a caça. Daí ter reclamado pelo gado dizendo: *viye olongombe viange ndikayeva lavyo!* Ou seja, venha o meu gado que com ele irei a caça. É esse termo que aporuguesado que passou a designar-se de Bié. Outra versão sobre a origem do nome Viye, segundo MALUMBU (2004:168) “[...] é um conto que atesta a proveniência do vocábulo «viye» do imperativo conjuntivo da terceira pessoa do plural, do verbo umbundu *okwiya*, isto é, vir. Em conformidade com esse conto, um certo soberano do Bié, para resolver os contenciosos ou para fazer pagar aos subsídios e aos reinos subsidiários os tributos devidos ao seu reino, exigia, antes de mais que viessem os bois. O soberano fazia as suas cobranças de impostos ou taxas, usando apenas a expressão «viye», isto é, «que venham», subentendido na frase «*tete olongombe viye*», isto é, «antes de mais que venham os bois, depois falaremos»”.

pensou que, ao encontrar tal arvoredado, era sinónimo de estar próximo do animal, uma vez que as características da zona encontrada eram da preferência do animal em perseguição.

Necessitando de obter água para beber, Ngangombanda se dirigiu ao riacho. Dali, ouviu a voz chamando: Oh *kongo!* Oh *kongo!*... Ou seja, oh caçador! Oh caçador!... O caçador, transportando a sua água, subiu para a margem, ao encontro da pessoa que o chamava. Posto no local da direção de onde vinham os chamamentos, encontrou apenas uma cabaça. Admirado, questionou-se: “mas então o que me está chamando é pessoa ou é cabaça?”

Continuando subindo em busca do autor dos chamamentos, se deparou com uma mulher de nome Kahanda<sup>11</sup>. Ngongombanda apaixonou-se por ela e propõem casamento. Em reação, Kahanda convida Ngongombanda a segui-la até à aldeia para ser apresentado à população da aldeia como seu novo marido. Então, ousaram designar o local do encontro de Ekovongo, o mesmo que chamamento.

Outra versão da fundação do reino do Ekovongo ou Viye foi avançada por MALUMBU (2004) que, embora coincidir, em parte, com as descrições anteriores com elementos, tais como: ser Viye o fundador do reino, caçador proveniente de Zumbi ou Humbi, casado com a princesa Kahanda, que residia na aldeia Etalala, isto é, por volta de 1750<sup>12</sup>. Ainda admite que a mesma não apresenta clareza. Sustenta esta hipótese com base em outras versões, a do Magyar que admite a proveniência do Viye como sendo as Lundas ou Maropu<sup>13</sup>, sob liderança de Cinguri e Cakambindi.

### 3.2 – A ordem de sucessão e características dos soberanos

A ordem de sucessão e das características dos soberanos do reino Ekovongo pode ser apresentada a partir de três descrições, sendo a primeira descrição avançada pelo MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS (1942:166-171), a segunda descrição do MPLA (1965:103-104), e a terceira descrição das fontes de tradição oral.

A primeira descrição vai desde a fundação à 1867 e estabelece o seguinte. A fundação do reino Ekovongo é atribuída ao magnata **Viye** ou **Bié** que não chegou a concretizar o seu sonho

---

<sup>11</sup> Filha do soberano do Songo, território de Malange, onde se escondeu, devido ao fato de ter ficado grávida antes da celebração do ritual de iniciação, comportamento não tolerável pela tradição dos povos da região, cujo castigo resulta na pena de morte.

<sup>12</sup> Esta data foi avançada, segundo o autor, por G.M. CHILDS, *The Ovimbundu of Angola*, p. 6.

<sup>13</sup> Designação atribuída pelos portugueses para dizer Lunda.

---

da edificação da nova capital, em virtude de ter tido morte súbita, quando regressava do Ekovongo para Kanhoco, depois de ter efetuado visita às obras da nova capital, morte atribuída à ação de feitiçarias culpabilizando o seu sobrinho Kongo Hamulanda. Foi sepultado na “Casa Grande” da Ombala, sua residência, na qualidade de soberano, procedimento adoptado para a sepultura dos posteriores soberanos.

**Kongo Hamulanda** sucedeu a seu tio Viye, em virtude de este não ter deixado descendência, ou melhor, filhos. O soberano sucessor esposou também Kahanda, a mulher do tio falecido, com a qual teve dois filhos: Ulundo e Quibaba. Terminou a obra do Viye, tendo edificado a nova capital Ekovongo.

**Ulundo**, primogénito de Kongo Hamulanda, sucedeu a seu pai ao trono, expandindo o seu domínio sobre os grupos étnicos Ngangela-Nhemba, expulsando-os para lá dos rios Kukema e Kwanza. Aliou-se, em seguida, ao grupo étnico Ovimbundu. Dessa aliança resultou a heterogeneidade étnica do reino que passou a ser constituído por Ngangela, Humbe, Imbangala e Ovimbundu.

**Kibaba** sucede ao seu irmão Ulundo, após a morte deste. O soberano Quibaba foi deposto, devido à corrupção e práticas de adultério com esposas de outros magnatas. Morreu exilado e mendigo. Após a sua morte, os seus restos mortais foram trazidos para a “Casa Grande” da Ombala, onde foram sepultados.

**Ndalu**, primogénito do soberano Ulundo, sucedeu a Kibaba, após a sua destituição.

**Eyambe**, filho mais velho de Ndalu, sucede-o ao trono por poucos meses. No momento da sepultura, os adivinhos acusaram de feiticeiro o Tulamba que, por este facto, não foi escolhido para suceder a seu pai nem os da linha da sua descendência, passando a viver como simples fidalgos.

Ao **Eyambe** sucedeu um dos seus irmãos, nome não especificado.

**Njila Hulo** sucedeu ao soberano desconhecido. O novo soberano era de carácter turbulento. Sempre que podia, fazia comércio com os filhos do país<sup>14</sup>. Era contra a feitiçaria e intenções homicidas. Por esse fato, entregou o seu irmão Kangombe às autoridades das forças armadas portuguesas presentes no território para ser castigado. Só que, em vez de puni-lo, D. António de Lencastre, ao serviço de Portugal, libertou-o e baptizou-o com o seu próprio nome, tendo-o

---

<sup>14</sup> Denominação atribuída a todos quanto não fossem fidalgos e nem possuíssem tal título.

---

feito regressar com uma expedição e coroando-o rei. Com o apoio da expedição, o novo rei, António de Lencastre, apoderou-se facilmente do reinado.

O soberano Njila Hulo abandonou a Ombala, indo fixar-se nas margens do rio Simões, no sítio da Bumba. Querendo ver-se distante do inimigo, António de Lencastre intimou o soberano Njila Hulo a posicionar-se o mais distante possível. Como as suas exigências não foram atendidas, convocou os sobas do grupo étnico Ngangela-Nhembra de além Kukema e da localidade denominada por Ndumba-ya-Mutumbo para que o eliminassem. Concretizada a intenção, o novo soberano ocupou-se de negócios internos e externos do território, cresceu a população, desenvolveu a Ombala, mantendo-a cercada de madeira de pau-ferro, conquistou as aldeias limítrofes que se afirmavam independentes, fazendo-as tributárias. Morreu com idade avançada.

**Kahueu**, primogénito de António Lencastre, sucedeu ao seu pai. Kahueu de afeições horrendas, mas considerado bastante bondoso, segundo a lenda, conseguiu dominar as revoltas.

**Vasovava**, considerado fraco pelos portugueses, sucedeu ao seu irmão Kahueu. Foi durante o mandato deste soberano em que a rebelião contra os sertanejos europeus aumentou em todo o território, o que forçou a retirada dos mesmos, isto é, em 1830. A retirada dos mesmos reflectiu-se na escassez de bens, tal como refere o MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS (1942:168), sendo que “Quando o soba morreu, em 1833, nem panos havia para envolver o cadáver!”

**Mbandua** sucedeu ao seu irmão Vasovava, no trono, em 1833. O seu reinado foi marcado com o combate e o fim das rebeliões no território e ter sido capaz de fazer regressar, com a ajuda dos brancos naturais, os europeus comerciantes. Consumado o regresso, o comércio voltou à normalidade. Em 1839, deu-se o falecimento do soberano.

No mesmo ano, **Kakwembembe** sucedeu ao seu irmão Mbandua. Em situação de extrema pobreza, a sua eleição a soberano, só foi possível com o apoio dos influentes da corte. Como soberano, esbanjou grande número de fazendas deixadas pelos seus antecessores, deixou em débito a casa comercial de D. Ana Joaquina dos Santos, ao manter a posição de que os sobas não deviam comercializá-la. Em represália, os Ngangela atacavam e saqueavam as caravanas bienas indefesas.

Em 1841, em frente de uma grande força respeitável transpôs, o rio Kukema atacou a etnia Lwimbe, arrasando e queimando as suas aldeias por onde passou, até à Ombala, ordenou incursões contra a etnia Ngangela, agredindo-os e espoliando-os, sob o pretexto de as encontrar

---

abandonadas. Em retaliação, os Ngangela aguardavam a retirada dos invasores e caiu-lhes em cima, dizimando uma boa parte deles, tendo o soberano escapado. Foi uma batalha que se designou de “Guerra do Riêmbé”.

**Lyambula** sucedeu ao seu irmão Kakwembembe, íntegro e justiceiro, não permitiu arbítrios durante o seu mandato. Levou a cabo duas incursões contra a etnia Nhemba para atenuar injúrias que lhe haviam feito enquanto simples fidalgo. Foi um soberano exemplar, bem querido pelos naturais e desconhecidos que nele depositaram absoluta confiança. Reinou pouco tempo, tendo falecido em 1848.

**Kaingula**, irmão do soberano falecido, sucedeu-o. De igual modo, o seu governo foi de curta duração, dado ao fato de não ter sabido conciliar os interesses da numerosa família com os interesses dos magnatas que o elegeram chefe. Enfermado de nepotismo, despojou os verdadeiros detentores dos cargos e, em sua substituição, colocou familiares, o que provocou perturbações em todo o território. Promoveu a guerra caprichosa contra a localidade de Kanjungo sua pertença, situada na linha de fronteira com o Bailundo, reinado pelo seu sobrinho Kwicúpia, com o auxílio do soberano do Bailundo.

Kwicúpia pediu o apoio de outros soberanos da região. Graças a essa união, do combate pereceram vários bailundos, tendo os bienes saídos ilesos, e o soberano ter-se retirado vergonhosamente. Ao soberano pesa-lhe o fato de ter assassinado os influentes, por conspirarem contra a sua governação. Outros restantes promoveram uma rebelião, em 1850, que depôs o soberano, tendo-se retirado para a terra de Ngalange.

**Muquinda**, sobrinho do rei deposto, sucedeu-o no trono. Procurou limitar os excessos do povo, mantendo boas relações com os brancos naturais e estrangeiros. Empreendeu três incursões além Kukema e Kwanza. Não obstante, os sertanejos foram vítimas de saques das suas mercadorias, acção atribuídas aos Ngangela. Devido ao consumo excessivo de álcool e de uma prolongada enfermidade, veio a sucumbir em 1857.

**Ngangombengue**, primo de Muquinda, sucedeu-o no trono também por pouco tempo. Faleceu, em 1859. Posteriormente o cadáver foi devorado pelos cães que invadiram a sua residência.

**Kwitungo**, irmão de Ngangombengue sucedeu-o, eleito por benevolência dos magnatas, devido ao seu estado supremo de pobreza. Pouco depois, sofreu um ataque de apoplético que o levou à morte quando seguia da povoação para a “Casa Grande”, isto é, 1860.

---

**Kwillemo**, primo de Kwitungo, sucedeu-o no trono. Tido como bastante instável nas resoluções dos conflitos e não possui dons apreciáveis. Com êxitos, realizou duas incursões no território além Kukema e Kwanza que contribuíram bastante para a sua popularidade. Porém, essa popularidade veio a ser abalada com a epidemia de dor de bexigas, cuja disseminação no território foi atribuída aos seus mais próximos, regressados de uma deslocação a Luanda. Foi, também, minada a popularidade do soberano em referência, pela catástrofe de que foi vítima em 21 de Setembro de 1867, quando pretendia invadir a terra de Kaquinge, com o propósito de integrar o depósito soberano de Kwinhangua.

A credita-se que a omissão de Mbandua Chicunho (Ndunduma I), baptizado com o nome de Júlio Mucunha, da lista de sucessão, foi propositada. Pois, foi a própria expedição de 14 de Outubro ao 29 de Dezembro, da qual fez parte a fonte, que o destituiu do cargo de soberano da Ombala Ekovongo e o fez prisioneiro, interrompendo desta feita a sucessão de linhagem do mesmo.

Das fontes de tradição oral, foi possível obter a outra ordem de sucessão de linhagem, desde a fundação aos dias de hoje, o que não difere muito das duas ordens de sucessão anteriores, como se apresenta: Viye, Tchivava e Ndalú (1650-1750); Eyambi e Njilahulu (1750-1778); Kangombe (1778-1795); Moma (e Vasovava (1795-1833); Mbandua (1833-1839); Kakembembe e Hundungula (1839-1842); Lyambula (1842-1847); Kayangula (1847-1850); Mukinda (1850-1857); Nguvenge (1857-1859); Tchipongue e Njamba-ya-Mina (1860-1883); Tchikunho Ndunduma (1883-1890); Kalufele Kanhangululu (1890-18893); Tchiyuka I (1891-1893); Kavova (1893-1915); Ngungu (1925-1928); Tchiyuka II (1928-1940); Tchongolola (1941-1943); Musikita, Kalofwe e Mbembwa (1943-2000) e; Fernando Samandele (2000-actual).

Embora se reconheçam limitações nas fontes de tradição oral, no que diz respeito à cronologia, como refere KI-ZERBO (1999:19), ao afirmar que “As datas são tão raras que, sempre que se encontra uma, é elevada a monumento histórico. Mas a sua raridade não deve levar a crer que os Africanos não tenham qualquer ideia da cronologia.” Ficou demonstrado que a tradição oral sobre a ordem de sucessão dos soberanos de linhagem da Ombbala Ekovongo foi transmitida às novas gerações com exactidão. Daí a sequência lógica que apresenta.

---

### 3.3 – A morte do soberano e as cerimônias de entronização

#### 3.3.1 – A morte e as cerimônias fúnebres de um soberano

Segundo a tradição da Ombala Ekovongo, à semelhança das outras tradições de outras *Ombala*, quando o soberano adoece e em estado grave é trazido para a casa da *Ombala*, conhecida por *ociwaya* construída para o efeito, num único dia, onde é acamado. Antes da morte do soberano é feita a caçada secreta, em zona distante, de um jovem e de uma jovem (de proveniências ocultadas pelas fontes de tradição oral) que são sacrificados e colocados no *ociwaya* posicionados da seguinte maneira: o rapaz num canto da parte de frente da sala, logo a seguir a entrada e a menina no outro canto do fundo da sala.

Após a morte do soberano que não pode ser anunciada ao público, ficando este a saber apenas do seu estado grave, o seu corpo é pendurado durante cinco dias para possibilitar a separação da cabeça com o resto do corpo. Debaixo do corpo pendurado coloca-se uma kimbala, onde vão caindo os vermes e, posteriormente, o corpo separado. Consumada a ação, a notícia é passada à comunidade e inicia o óbito e se segue o enterro do corpo no cemitério comum e o crânio, no cemitério real conhecido por *akokoto*<sup>15</sup>.

#### 3.3.2 – A cerimónia de entronização do novo soberano

Ao dar-se a morte e o conseqüente ato de enterro do soberano se segue a cerimónia<sup>16</sup> de entronização com a escolha do sucessor que, na Ombala Ekovongo e, em muitos outros reinados, recai ao filho, neto ou sobrinho. Uma escolha baseada em boas atitudes e comportamento.

Sobre a cerimónia da entronização do soberano consta do MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS (1942:172-174), o seguinte:

O ato imediatamente a seguir à morte do soberano é a escolha do novo soberano. A escolha do novo soberano é fundamentada no princípio da consanguinidade, da idade, do carácter, do

---

<sup>15</sup> Localizado dentro da própria Ombala, juntando-o aos demais soberanos falecidos anteriormente.

<sup>16</sup> Cerimônia ou cerimonial é uma forma convencional, não imposta por sanções místicas, instituída para a manifestação de sentimentos. Não se confinando aos momentos religiosos, mas a todas as outras formas de manifestação como a situação emocional (religiosa ou secular). Cerimonial é vista também como uma via para a manifestação de sentimentos e o ritual como uma ação que se acredita ser eficaz, várias vezes integrado em cerimonial desde que esta se adequa ao mesmo ritual. (WILSON, 1954).

---

comportamento do candidato proposto, comparando suas qualidades com a dos outros candidatos propostos.

Feita a escolha, comunica-se ao candidato vencedor e este se dirige, da sua casa, para o palácio real, competindo ao mesmo dar ordens para a realização do enterro do seu antecessor. A cerimônia é presidida pelo «Quiroba», supostamente o soberano investido de tais poderes.

Terminado o enterro, o soberano eleito entra na Ombala, posicionando-se próximo da residência real denominada de «*occuiotta*», ou seja «*Okwiyota*» na grafia africana. Ato sequencial, segundo o Tenente José Rogado, é o da aclimatação como precisou:

A seguir entra o soba, solenemente, na Residência dos seus antecessores, mandando nesse mesmo dia ou noite deitar pregão para a caçada, no dia seguinte, de um casal de veados e de uma lebre, tendo esta de ser transportada em charola, não obstante a sua pequenez. As vítimas da caçada são destinadas à cerimônia do novo fogo, apagando-se o antigo em toda a povoação, sendo as cinzas varridas e lançadas ao mato, em lugar apropriado. Esta cerimônia e as que se lhe seguem têm categoria de festas públicas, sendo sempre acompanhadas de copiosas libações de *capata* e aguardente (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1942:173).

Mais adiante, referiu o mesmo oficial o seguinte: “Passado mais algum tempo, geralmente um intervalo igual ao primeiro, tem lugar a segunda cerimônia, com a assistência dos embaixadores da Libata Grande Bomba da Terra do Songo, já de antemão convidados, e da tribu [ganguela] [de além] Cuquema da Damba, Amotumbo (raça antropófaga)” (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1942:173).

Como é de costume, para cerimônias de tamanha envergadura onde o cumprimento da tradição engendrada nos espíritos dos ancestrais é cumprido a rigor, não faltariam sacrifícios. Assim, proferiu o Tente José Rogado, dizendo:

Uma vítima humana, um boi, uma cabra, um cão e um galo, cozinhados conjuntamente, são oferecidos em holocausto, fora da povoação, à raça Amotumbo. O crânio humano é espetado num pau, depois de apeados e lançados num pequeno bosque os crânios ali postos pelo soba falecido. Durante a cerimônia é defeso cortar arbustos, sob pena da

---

perda da liberdade. A orgia dura três dias. No quarto dia tem lugar a entrada solene do arraial na povoação e é aclamado de fato e de direito o novo soba, sob o nome provavelmente combinado (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1942:174).

Na sequência das cerimônias acima mencionadas, refere ainda o mesmo oficial, o seguinte:

No dia seguinte segue o novo chefe e o seu povo para a caçada denominada «canjo» na qual se gastam mais de dez dias. Limitam-se simplesmente a caçar um casal de «[malangas]», findando esta terceira cerimônia com um banquete e a colocação dos crânios daqueles animais no portão principal. Passado algum tempo realiza-se a quarta cerimônia: a guerra denominada «Quipunda» e que é sempre feita para além [Cuquema] e [Cuanza]. Se for coroada de êxito, terá lugar o segundo e último sacrifício duma vida humana no [governo] de qualquer soba. O cadáver desta vítima fica insepulto no mato, a fim de servir de pasto às feras e aves de rapina, enterrando-se depois o seu crânio.

Decorridos alguns dias realiza-se a quinta e última cerimônia: a «Quipunda da [inaculo]. A mulher principal do novo soba, acompanhada por numerosas mulheres, sai da Libata Grande e dirige-se para qualquer das povoações circunvizinhas. Cerca-a e simula um ataque e assalto. O chefe principal acorre pressuroso e pede «misericórdia», mandando entregar à suprema guerreira algumas criações, que ela [distribui] pelas suas companheiras, após o que recolhe à Libata Grande (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1942:174).

É desta maneira que decorrem as cerimônias de entronização dos soberanos supremos e as investiduras dos chefes ao baixo nível daqueles, exceptuando-se os sacrifícios humanos, a caça das «[malancas]» e as guerras (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1942:174). Por norma, existe sempre um soberano empossante, sem a presença dele nada pode ser efetivado, como referem os apontamentos de viagem do Tenente José Francisco Quintino Rogado quando escrevia sobre a Expedição do Bié, tendo dito: “Pouco depois chegava [...] comitiva composta de seculos importantes para serem convocados para a nomeação de um soba novo e o velho Capoco

(chamado pai da terra, sem cujo consentimento não se nomeia um soba)” (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1890:33).

### 3.4 – Tentativa de ocupação colonial portuguesa

O conhecimento português da Ombala Ekovongo deveu-se à presença do sertanejo António Francisco da Silva Pôrto<sup>17</sup> que, em 1845, que se estabeleceu junto do rio Kwitu, baptizando-o de “Belmonte”, localidade onde se situava a cidade do Cuíto. O objetivo da presença aí visou as viagens de exploração na região do Barotze, no Alto Zambeze (Rosa, [s/d]:62). Claro que além desse objetivo, houve um outro bem marcante, o tráfico de escravos.

As interferências dos portugueses nos destinos do reino do Ekovongo datam desde há bastante tempo, ou seja, desde a segunda metade do século XVIII, isto é, 1778, altura em que o soberano Kangombe, ávido do poder, decidiu aliar-se aos portugueses para detonar o soberano Njilahulu em funções. Durante o tempo, a aliança entre Kangombe e os portugueses fortificou-se, pois, contribuiu para o fato da dívida moral desse soberano para com os portugueses, por o terem ajudado na tomada à força do trono.

Essa cobiça dos portugueses para com o Ekovongo conheceu o ponto mais alto com a denominada expedição do Bié que decorreu de 14 de Outubro a 29 de Dezembro de 1890, levada a cabo pelas tropas portuguesas, comandadas por Artur de Paiva (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1890). O objetivo da expedição consistiu em resgatar os restos mortais de António Francisco da Silva Pôrto que, ao tudo que se sabe, suicidou-se.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Embarcado muito novo para o Brasil e dali para Angola, tornou-se nos sertões africanos comerciante de marfim, agricultor, explorador, agente da Coroa e capitão donatário. Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens recorreram aos seus serviços aquando da organização das expedições científicas. Embora, o explorador David Livingstone nunca reconheceu a utilidade dos seus ensinamentos. Pai de muitos filhos de uma princesa ovimbunda, com a qual viveu muitos anos. Após o Ultimato de 1890, desgostoso com os rumos tomados pela partilha de África, suicidou-se enrolado numa bandeira portuguesa, ateando fogo aos barris de pólvora (ROSA, [s/d]:62).

<sup>18</sup> Sobre o suicídio de Silva Porto sabe-se que com o ultimato inglês de 11 de Janeiro de 1890 que intimava Portugal a abandonar o projecto “Mapa Cor-de-rosa”, ou seja, a ligação da costa atlântica à costa índica fez com que as expedições dos capitães Teixeira da Silva e Artur de não pudessem prosseguir confinando-se no local onde residia Silva Porto. Julio Mucunha (Ndunduma I) soberano do Ekovongo na altura, insatisfeito com a permanência desses oficiais endereçou uma carta a Silva Porto a pedir a retirada dos mesmos. Não satisfeito, Silva Porto procurou tirar satisfações a Ndunduma que o maltratou, admitindo-se mesmo a hipóteses de o ter esbofetado e arrancados os pelos da barba. Humilhado pelo soberano Ndunduma e desgostoso pelo rumo dos acontecimentos provocados pelo Ultimato de 1890, António Francisco da Silva Pôrto incendiou e fez explodir o paiol de pólvora da sua residência na noite de 30 para 31 de Março de 1890 e sucumbido a 1.º de Abril do mesmo ano, cujo estandarte, por causa da explosão caiu-lhe em cima, diferente das especulações, segundo as quais Silva Porto “enrolara” deliberadamente na bandeira portuguesa para morrer “por patriotismo” (PINTO, 2016:595).

---

A partir dessa época intensificam-se as hostilidades contra o reino do Viye e contra os demais reinos do Planalto Central. Os portugueses, temendo a aliança entre os soberanos do Viye, do Mbalundu, da Ciyaka, de Kakonda, de Ngalange e outros, decidiram partir para as expedições militares com o intuito de submeter os insubmissos ovimbundu. Embora tenham conseguido concretizar os objetivos de ocupar e submeter os povos do Planalto, reconheça-se que não foi tarefa fácil, dada a resistência prestada pelos autótones com revoltas e ataques aos agrupamentos e fortes militares.

#### 3.4.1 – A resistência à ocupação colonial portuguesa

A desestabilização do reino do Viye começa muito cedo no reinado de Júlio Mucunha (Ndunduma I). Segundo Tenente José Francisco Quintino Rogado, uma expedição militar em direção ao reino do Viye decorre de 14 de Outubro a 29 de Dezembro de 1890. Os nativos reagiram prontamente contra a presença dessa expedição como testemunha Tenente Quintino Rogado, tendo dito: “[...] fomos recebidos por uma descarga geral; da nossa parte, a resposta não se fez esperar e começou ativo tiroteio de parte a parte [...]. Durante o trajeto, a expedição foi atacada [...]” (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1942:189).

No dia 4 de Novembro de 1890, a Ombala Ekovongo sob forte protecção das populações nativas foi atacada pela expedição comandada pelo capitão Artur de Paiva. Não foi operação fácil para os atacantes, como descreve o Tenente José Rogado, ao afirmar o seguinte:

[...] mas como o [nativo] se tornava ameaçador e o ataque estava sério não houve outro remédio senão dar-se o ataque nesse dia e por isso muito à pressa e com confusão se organizou o material [pesado] e levaram-se, depois de três quartos de hora de caminho, duas peças «Krupp» e uma de campanha a 500 metros da Embala. Mal tínhamos entrado [...] rompeu um tiroteio de todos os lados e muito principalmente do Lombe do Soba, que estava ainda cheio de gente; o [nativo] dentro das Cubatas resistia [...]. Um momento houve que o tiroteio era enorme e como não víamos donde partiam os tiros resolvemos largar fogo às cubatas para assim obrigar o inimigo sair a campo. O soba, segundo se conta, só [retirou] quando lhe caiu perto a

---

segunda metralha, que rebentando produziu um grande número de mortos (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1933:21-23).

Importa referir que, para responder à agressão, os autótones prepararam-se bem, quer em material de guerra, quer em mantimentos, como certifica o Tenente José Rogado, tendo dito que

Os bienes tinham quantidade enorme de mantimentos, quantidade enorme de pólvora, o que se certificou vendo-se a que foi apreendida e o grande número de explosões que se deram; muitas armas e em grande número delas de carregar pela culatra com cartuchos metálicos, tais como Sneyder de calibre 12<sup>mm</sup> e muitos instrumentos de música, alguns relativamente aperfeiçoados, e mantimentos em quantidade extraordinária, bem como muitos objectos e armas gentílicas. Na casa do soba encontrou-se um grave número de ofícios, livros e Capitania e correspondência particular e oficial dirigida a Teixeira da Silva. O documento mais importante foi uma carta escrita pelo soba e dirigida ao Teixeira da Silva e parece escrita na manhã do dia em que houve o ataque (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1933:23-24).

Do ataque resultou a morte de gente pacífica e a destruição por completo da Ombala, como certifica o Tenente José Francisco Quintino Rogado, ao ter dito que “Continuamos acampados junto da libata. Hoje já o incêndio tem destruído [quase] tudo e nada mais se pode colher de dentro dela. Só se vê a destruição. [...] Na Embala grande do Bié as últimas casas estão sendo reduzidas a cinzas, comunicando o fogo à paliçada exterior” (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1933:27).

#### 3.4.2 – O fim do soberano Júlio Mucunha (Nduduma I) palissada

Após a tomada da Ombala Ekovongo pelas tropas coloniais portuguesas, o soberano Nduduma pôs-se em fuga. De imediato, uma ordem do comandante da expedição Capitão Artur de Paiva para a captura do mesmo soberano, não se fez esperar. Um mês depois, isto é, dia 3 de Dezembro do mesmo ano, quando se procedia a exumação dos restos mortais de Silva Pôrto,

para serem evacuados para Portugal, por volta das 11 horas, surgiu a notícia da captura do soberano Nduduma I que, com as tropas seguia para o acampamento. Por volta do meio-dia, entrava, no acampamento, a caravana transportando o soberano na tipóia. A sua captura foi possível com a intervenção dos missionários americano Sander e o missionário inglês Arnot com recurso ao grupo de zanzibarianos e árabe negociantes de marfim.

O recurso a esses elementos deve-se ao fato de os bienes não se dispuserem a cumprir tal missão de prender Nduduma I, o soberano, por causa do poder místico que ostentava, associado ao medo, devido à fama que ostentava de ser feiticeiro<sup>19</sup> (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1933:24).

Ao meio dia, da mesma data, era trazido de tipóia para ser presente ao comandante das forças portuguesas, o soberano Nduduma I, acompanhado pelos missionários atrás referidos. Tratava-se de um homem com características físicas apreciáveis, como o descreveu o Tenente José Francisco Quintino Rogado, ao afirmar que “O soba é um homem muito robusto e de elevada estrutura, na face esquerda um grande lobinho: vinha com ar resignado e muito receoso”, conforme imagem abaixo (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1933:32).



Legenda: Imagem do Soberano Mbandwa Mukukunho (Nduduma I), da Ombala Ekovongo, Viye, baptizado com o nome de Júlio Mucuha, momento após a sua captura. Desenho do Tenente José Francisco Quintino Rogado, em 1890.

<sup>19</sup> Segundo EDUARDO DOS SANTOS (1964:31), “O feiticeiro em África é quase onipotente. Tem o dom ubiquidade, pode tornar-se invisível, atua à distância por envultamento, caminha com a velocidade do pensamento, voa se for preciso”.

---

Fonte: ROGADO, José Francisco Quintino (1890), “EXPEDIÇÃO DO BIÉ – Apontamentos da viagem desde o dia 14 de Outubro de 1890 a 29 de Dezembro”. In Ministério das Colónias. *ANGOLA: Expedição do Bié – De 14 de Outubro a 29 de Dezembro de 1890*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca: Agência Geral das Colónias, 1933, p. 35.

Feito prisioneiro, o soberano Ndunduma I era, às noites, acorrentado e, sob atenção permanente de uma sentinela, até que no dia 16 de Dezembro de 1890, ao se lhe pôr ao corrente pediu que lhe fosse permitido fazer a cama, pedido aceite e, nisso, aproveitou a fuga, situação que gerou o pânico no acampamento.<sup>20</sup> Depois da perseguição, foi recapturado e “desterrado para a Ilha de Santiago, em Cabo Verde” (PINTO, 2015:595).

### **5 – O Contributo da Ombala Ekovongo na Moralização da Sociedade Biena**

A existência de uma Ombala como instituição política pressupõe a existência do espaço territorial e da população. É a essa instituição que compete a concepção de leis ou normas de conduta pelo intermédio das quais a população, que a integra, organizada em famílias e estas, em kimbo ou aldeias, se orienta. Neste contexto, a função de qualquer Ombala é a de preservar as tradições, o respeito pelas leis ou normas estabelecidas numa determinada comunidade de pertença do indivíduo.

A Ombala Ekovongo assumiu, desde os primórdios da sua existência, o papel de educador de seus membros no que tange ao respeito pelas tradições. Preserva a língua materna, os rituais de *evamba* (circuncisão) e de *kuso* (puberdade), casamento tradicional, cerimônia por ocasião de pestes, epidemias, estiagens, feitos no tempo do cacimbo entre os meses de Junho, Julho e Agosto).

A língua materna é o meio de comunicação primário que a criança adquire, desde a nascença, no mundo familiar com a qual vai interagindo e aperfeiçoando com os atores sociais

---

<sup>20</sup> Sobre a tentativa da fuga do soberano Julio Mucunha (Ndunduma I), o Tenente José Francisco Quintino Rogado escreveu o seguinte: “Nesta noite quando se lhe ia pôr a prisão ele pediu para fazer a cama, o que lhe foi concedido, mas levantando-se, em vez de fazer a cama de um salto se achou fora da porta e fugiu vertiginosamente pelo acampamento. A sentinela deu logo brado gritando: «fugiu o soba» e seguiu correndo atrás dele. Os oficiais que se achavam no outro extremo da Barraca saíram para fora e em altos gritos de «fugiu o soba» prevenia as sentinelas e toda a gente do acampamento; o brado passou rapidamente até ao fim do acampamento e em um segundo corria gente em todas as direções, uns descalços outros em mangas de camisa, sem chapéus, enfim, um borbolino medonho, que foi impossível ao fugitivo realizar o seu intento, em menos de 10 minutos estava recapturado e bem amarrado. Seria para nós um desgosto grande se conseguisse fugir, porque não só nos poderiam acusar de descuidados mas também porque todo o povo do Bié vivia em alvoroço [...]. Nada lucrou e pôs-nos de atalaia”. (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1933:36).

---

extra-familiares, até atingir a idade que permita adicionar outra língua com a ajuda da escolarização. Logo, a língua não pode ser vista apenas como meio de comunicação, mas também como veículo de valores culturais e veículo de civilizações (GUEBE, 2016:68). A língua materna é patrimônio de um povo. A sua expropriação ao indivíduo representa a aculturação e, conseqüentemente, a desapropriação da sua cidadania.

Os rituais, sobretudo os de iniciação (*evamba* e *kuso*), são verdadeiros veículos de passagem das tradições. Durante o tempo em que os neófitos se mantêm em acampamentos, os rapazes aprendem os cânticos e as danças, danças de palhaço como respeitar os mais velhos, construir uma casa, tratar uma lavra, como se comportar no *otchoto* e no *ondjango*, como conquistar uma rapariga, como caçar, como lidar com situação adversas (epidemias, estiagens e outras), etc.. As raparigas aprendem cânticos e danças, o respeito pelos mais velhos, pela famílias do marido, cozinhar, cuidar do lar, cuidar da lavra, etc..

Da Ombala Ekovongo não vêm somente os valores morais acima descritos, vêm também os valores morais ligados ao patriotismo. Como se sabe, a Ombala Ekovongo se inscreve como um dos símbolos da resistência à ocupação colonial portuguesa em finais da segunda metade do século XIX, tendo como figura histórica Júlio Mucunha (Ndunduma I).

Todos esses são valores morais detidos pela Ombala Ekovongo que, uma vez considerados e restituídos, podem contribuir para a moralização da sociedade angolana. Por exemplo, enaltecer a figura de Ndunduma I e seus feitos é cultivar nas atuais e vindouras gerações o espírito patriótico, ou seja, ganhar a consciência e a determinação de defender o espaço territorial que representa a Pátria angolana. Embora esta luta de resistência tenha sido desencadeada no âmbito de um despertar nativista, constitui uma grande referência ou gérmen do nacionalismo angolano.

Falar da moralização da sociedade angolana subentende a existência da imoralidade, o que é um fato a julgar pelas abordagens feitas no ponto 3, contexto da moral da sociedade angolana. Sendo como fatores principais da imoralidade o longo e profundo conflito armado interno e os efeitos da Globalização.

A Ombala Ekovongo é uma das que através da oralidade procura inculcar na mente das pessoas os valores culturais da tradição que contribuem para a moralização não só dos membros dessa comunidade como da sociedade angolana.

Não só da valorização dos rituais como iniciação masculina e feminina se espera da Ombala Ekovongo como contributo para a moralização da sociedade angolana, pois, possui outros exemplos que uma vez valorizados podem contribuir bastante para a moralização da sociedade e, sobretudo da juventude, se refere ao sentido patriótico. Foi da Ombala Ekovongo que partiram os gérmes da resistência à ocupação colonial portuguesa, cuja história tem no epicentro a figura de Ndunduma I.

## 6 – Conclusão

O estudo efetuado permite concluir que há necessidade de valorizar a tradição por conter um conjunto de valores, de normas e de noções que permitem ao indivíduo distinguir o que é certo do que é errado, permitido e proibido dentro da sociedade de pertença, numa só palavra, a moralidade.

Permite, igualmente, a Ombala Ekovongo como sendo uma das detentoras dos valores tradicionais, *versus* a reunião das normas e crenças de um grupo social que orienta o comportamento das pessoas, funcionando como parâmetro de diferenciação das boas e más ações. Daí que a moralização da sociedade angolana, abalada pelo longo e devastador conflito armado interno e pela ação da Globalização, com a participação da família, da igreja, da autoridade tradicional e de toda a sociedade, seja uma tarefa que se impõe.

## Referências Bibliográficas

- ANGOLA. Presidente da República. 1979-2016 (José Eduardo dos Santos),  
“Estamos habituados a lutar contra as adversidades”. In. *Jornal de Angola*, nº 14189 (18 de Outubro de 2016), pp. 4-5.
- CHILDS, G. M. *Umbundu Kinship and Character*. London, 1949. TEwards
- DOS SANTOS, Eduardo. “Religiões Nativas de Angola”, in *Revista da Comunidade portuguesa e da actualidade ultramarina internacional* (1964), *África Ultramar*, 15, [s/ed], 1964, pp. 17-36.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*, Trad. Fernando Luis Machado e Maria Manuela Rocha, Oeiras, Celta Editora Lda, 1996.
- HAMPATÉ BÂ, A. “A tradição viva”, em *História Geral da África* (pp. 181-218), Vol. I, trad. Beatriz Turquetti *et al*, São Paulo, Ática UNESCO, 1980.

- 
- HAUENSTEIN, Alfred. *Les Hanya – Description D’un Groupe Ethnique Bantu de L’Angola*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag GMBH, 1967.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*, Volume I, 3ª Edição, Portugal, Publicações Europa-América, 1999.
- LA FONTAINE, Jean S. *Initiation. Ritual drama and secret knowledge across the world*, Edinburgh, Edinburgh University Library, 1985.
- MALUMBU, Moisés. *Os Ovimbundu de Angola: Tradição – Economia e Cultura Organizativa*, Coimbra, Edizioni Vivere In., 2004.
- MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África – Excerptos do «Diário» de António Francisco da Silva Pôrto*, (1890), 15, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca – Agência Geral das Colónias, 1942.
- MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). *História de Angola*. Argel, 1965, Porto, Edições Afrontamento, (1965).
- PINTO, Alberto Oliveira. *História de Angola – da Pré-História ao Início do Século XXI*, Lisboa, Mercado de Letras Editores, Lda., 2016.
- ROGADO, José Francisco Quintino. “EXPEDIÇÃO DO BIÉ – Apontamentos da viagem desde o dia 14 de Outubro de 1890 a 29 de Dezembro”. In. Ministério das Colónias (1933), *ANGOLA: Expedição do Bié – De 14 de Outubro a 29 de Dezembro de 1890*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca: Agência Geral das Colónias, 1890, pp. 9-40.
- ROSA, Frederico Delgado. “Os Caminhos de Muene Puto”, in. *Visão História, O Império Português em África* [s/ed], s/d, pp. 56-65.
- VANSINA, Jan. “A tradição oral e a sua metodologia”, em *História Geral da África* (pp. 157-179), Vol. I, trad. Beatriz Turquetti *et al*, São Paulo, Ática/UNESCO, 1980.
- WILSON, Mónica. “Nyakyusa Ritual and Symbolism”, *American Anthropologist*, 56 (2), 1954, pp. 228-224, (Online). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1525/aa.1954.56.2.02a00060> (Acedido em 12 de Novembro de 2014)

\*\*\*

**António Guebe:** Licenciado em História, pelo ISCED (Instituto Superior de Educação) do Lubango, Mestre e Doutor em Estudos Africanos, pelo ISCTE (Instituto Superior de Ciências de Trabalho e de Empresa) de Portugal, Investigador associado do CEI-Centro de Estudos Internacionais do ISCTE, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, colocado no Departamento de História, área de História.

**Como citar este artigo:**

Guebe, António; Valorizar a tradição como uma das vias para a moralização da sociedade Angolana: o caso da ombala ekovongo . In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA - INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". N° 15, Abril, 2019, pp. 231-252 Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2019.41854